

Martins, Carlos Eduardo. **A conjuntura contemporânea e o sistema mundial: os desafios da América século XXI.** En: *Seminário Internacional REG GEN: Alternativas a Globalização* (8 al 13 de Octubre Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil : UNESCO, Organización de las Naciones para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005.
Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp01.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

A CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA E O SISTEMA MUNDIAL: OS DESAFIOS DA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI

CARLOS EDUARDO MARTINS

1. APRESENTAÇÃO

Descrever as tendências da conjuntura mundial contemporânea é um formidável e necessário desafio num mundo onde o tempo histórico se acelera com a velocidade das transformações materiais e sociais introduzidas pela humanidade. Esta aceleração acentua a obsolescência das análises que se restringem ao plano do tempo imediato e exige a utilização de instrumentos conceituais da longa duração, capazes de articular a prospectiva e a retrospectiva, para teorizar a história como fluxo.

Mas determinações da longa duração não devem ser vistas como restrições à liberdade dos homens criarem sua própria história. Baseiam-se nesta capacidade criativa que estabelece estruturas de poder de dimensões econômicas, sociais, políticas e ideológicas articuladas. Estas apresentam contradições em seu desenvolvimento que abrem o espaço para a guerra de posição e a contra-hegemonia que, em períodos determinados, podem desdobrar-se no estabelecimento de grandes rupturas.

Para nós, latino-americanos, questões decisivas se colocam: como situar o tempo presente e a conjuntura contemporânea? De que forma a América Latina se situa nesse contexto e quais são seus grandes desafios? Que instrumentos teóricos e metodológicos são capazes de responder estas perguntas?

Neste ensaio pretendemos traçar em linhas gerais as grandes tendências da conjuntura mundial e as perspectivas que se abrem à América Latina para atuar sobre seu desenvolvimento. Para isso partimos da aproximação das teorias do sistema mundial, da dependência e da revolução científica-técnica e de suas vinculações com as múltiplas dimensões do tempo. Os resultados a que chegamos serão necessariamente polêmicos. Mas buscam iluminar o horizonte nebuloso e de perplexidades, em que vivemos, e conduzir a

transformações sociais em defesa dos interesses humanidade, das grandes maiorias sociais de nosso planeta e, em particular, de nosso continente.

2. A CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA E A LONGA DURAÇÃO

Fernand Braudel em *História e ciências sociais* (1958) assinala que o tempo expressa uma longa duração que se constitui numa tripla e simultânea dimensão: o tempo das estruturas, o tempo das conjunturas e o tempo do cotidiano. O tempo das estruturas é mudança e irreversibilidade. Ele significa o lento desgaste da arquitetura que organiza de forma suficientemente fixa a relação entre a realidade e as massas sociais. O tempo das estruturas remete, portanto, aos padrões civilizatórios que sustentam a formação e o desenvolvimento dos grandes processos sociais. Ele pode ser aproximado ao tempo dos modos de produção, entendidos como processos civilizatórios milenares ou seculares. O tempo das conjunturas é o tempo das regularidades cíclicas que produzem inflexões significativas nas estruturas e as modifica, sem alterar seus componentes fundamentais. E o tempo do cotidiano é o tempo anárquico do dia-dia, contido, entretanto, pelas prisões da larga duração das quais os homens não podem se emancipar.

As conjunturas combinam, portanto, irreversibilidades, regularidades e imprevisibilidades. Mas o alcance das últimas parece estar fortemente limitado pelas primeiras que fixam suas margens de atuação. Torna-se objeto crucial da teoria social situar a combinação de irreversibilidades e regularidades para descrever os marcos gerais das diversas conjunturas que se estabelecem. Como situar então esta combinação de irreversibilidades e regularidades para descrever a conjuntura atual?

A nossa hipótese é a de que a conjuntura contemporânea pode ser descrita como a de decadência do moderno sistema mundial, que integra e impulsiona a mundialização do modo de produção capitalista. Esta decadência se inicia nos anos 1970 e se manifesta em várias dimensões, entre elas, a crise do liberalismo, ideologia mediante a qual o capital incorporou e neutralizou antagonismos à sua hegemonia. Entretanto, a decadência não representa o fim imediato de um sistema, mas sim um longo e doloroso período onde o novo se insinua e se estabelece sem a força suficiente para superar na guerra de posições a decrepitude do velho e reconduzir o sistema mundial a um novo processo civilizacional. O resultado é a uma profunda crise de legitimidade das instituições contemporâneas que se projeta como uma grande incerteza, trazendo possibilidades e ameaças à vida humana.

Mas quais são as razões profundas desta evolução da conjuntura que aprofunda a decadência do capitalismo contemporâneo como processo civilizacional? Em que momentos estamos neste processo de decadência?

A decadência e, em particular, sua etapa atual, se explica pela articulação de três movimentos de larga duração: a) a revolução científico-técnica, seus impactos sobre a taxa de lucro e as tendências seculares do capitalismo; b) a fase descendente do ciclo sistêmico, expressa na crise de hegemonia dos Estados Unidos; c) e o surgimento de um novo ciclo de *Kondratiev* na economia mundial desde 1994.

A revolução científico-técnica e a crise de hegemonia exercem efeitos depressivos sobre a taxa de lucro, os quais são parcialmente contidos pela fase ascendente do *Kondratiev*. Mas esta possui limites para conter o movimento depressivo das primeiras. A convergência entre a inversão cíclica do *Kondratiev* e os movimentos depressivos anteriores deverá abrir uma crise revolucionária no sistema mundial e por fim à prolongada decadência, quando se decidirá o formato de um novo sistema mundial. Para que este seja socialista e democrático é de grande importância o avanço do movimento popular na guerra de posição que se desenvolve durante a decadência. Este deverá impedir o aprofundamento do caos sistêmico e o estabelecimento de uma nova guerra mundial que ameaça a sobrevivência da humanidade. Vejamos em detalhe estes movimentos da longa duração e como sua articulação desenha uma conjuntura específica.

A revolução científico-técnica significa uma modificação radical nas forças produtivas que atua sobre as tendências seculares do capitalismo, associadas à acumulação ilimitada e à tendência decrescente da taxa de lucro, com profundos impactos civilizacionais. Ela põe em crise a revolução industrial, cuja origem monta aos séculos XVIII e XIX. A ciência, seu principal componente, assume o protagonismo sobre a tecnologia e a técnica e substitui o princípio produtivo mecânico pelo automático. Sua mundialização se estabelece a partir da microeletrônica, nos anos 1970, e reinventa o fundamento da produtividade. A revolução industrial baseou a produtividade numa organização do trabalho coletivo fundamentada na desqualificação dos trabalhadores manuais. Estes eram apartados das tarefas de concepção, tinham seus saberes simplificados e reduzidos a um mínimo de movimentos para aumentar sua intensidade. O sistema de máquinas organizava este processo e o resultado era o aumento do valor do trabalho e,

simultaneamente, a desvalorização da força de trabalho, em relação à complexidade tecnológica, impulsionando a taxa de mais-valia. O capitalismo encontrou aí a base da sua expansão mundial e conquistou o globo ao final do século XIX, derrubando as Muralhas da China, com a artilharia pesada das mercadorias baratas, incorporando Ásia, África e Oceania. Mas a revolução científico-técnica, ao redefinir a base social da produtividade, ameaça a mais-valia e a expansão da civilização do capital. A automação estabelece uma trajetória de eliminação progressiva do trabalho manual, da mesma forma que a mecanização o fez com o trabalho rural ao deslocar a humanidade do campo para as cidades, sobretudo as populações dos países centrais, onde a industrialização se desenvolveu mais amplamente. A intensidade do trabalho deixa de ser o fundamento da produtividade. Este se desloca para a qualidade do trabalho e para desenvolvê-la, será necessário não mais a redução relativa do valor da força de trabalho, mas o seu inverso: o aumento do valor da força de trabalho em relação ao valor do trabalho. A elevação dos níveis de educação e de democratização do poder torna-se o fundamento de um processo indissociável de acesso e geração do conhecimento que submete a técnica e as tecnologias às subjetividades.

A revolução científico-técnica, ao impulsionar a aproximação entre os valores do trabalho e da força de trabalho, pressiona negativamente as taxas de mais-valia e de lucro, num movimento de largo prazo que o capital só parcialmente pode negar. A necessidade de manter em expansão a taxa de mais-valia, principal fundamento da acumulação de capital, torna o capitalismo incapaz de realizar a conversão em massa do trabalho predominantemente manual ao trabalho predominantemente intelectual. A incorporação do aumento do valor da força de trabalho se realiza através de altos níveis de desemprego que levam à queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor, neutralizando a pressão negativa sobre a taxa de mais-valia ao generalizar a superexploração do trabalho. O alto grau de concentração entre os jovens do desemprego mundial indica a operatividade deste mecanismo. Entretanto, os seus resultados sobre a taxa de lucro são contraditórios. O aumento da taxa de mais-valia aprofunda suas contradições com a massa de mais-valia e ao restringi-la a médio e longo prazo, põe em crise o assalariamento, levando à máxima realização da tendência decrescente da taxa de lucro, a lei mais importante da economia política, segundo Marx. Esta restrição se baseia não apenas no alto dinamismo do

desemprego, sua forma mais aguda e aberta, que restringe a massa de trabalhadores, mas também na precarização do trabalho, que desloca o trabalhador para os setores de baixa produtividade, em razão de sua expulsão dos segmentos de ponta, e limita a geração da massa de mais-valia. Outro movimento de longa duração, ainda que sem o mesmo alcance secular e civilizacional da revolução científico-técnica, é o da crise da hegemonia dos Estados Unidos.

Esta crise é parte do movimento cíclico superestrutural que acompanha o desenvolvimento do capitalismo, analisado e denominado de sistêmico, por Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein. A grande contribuição da teoria do sistema mundial, fundada por estes autores, foi a de apontar no sistema inter-estatal a superestrutura política do modo de produção capitalista. Este sistema baseia-se num conjunto de unidades políticas que ao se reconhecerem entre si têm suas soberanias limitadas. O sistema inter-estatal é atravessado por fluxos de capitais e mercadorias de uma economia-mundo, que constitui sua base, e não dispõe de nenhum instrumento político central para submeter o seu funcionamento ao monopólio legítimo da violência. Os Estados, incapazes de internalizar pela violência estes fluxos, tendem a apoiar os interesses do capital que se tornam protagônicos no conjunto do sistema. Entretanto, para que a acumulação se realize mundialmente é necessário evitar a anarquia política na economia-mundo, através do desenvolvimento de mecanismos de coordenação do sistema inter-estatal. Esta coordenação se realiza através do Estado hegemônico que estabelece a moeda mundial, capaz de dinamizar a circulação de mercadorias e capitais na economia-mundo, e o direito internacional, para regular os contratos e as relações entre os Estados e indicar os limites da diplomacia, da paz e da guerra.

Diferentemente do império que exerce seu poder pela força, a hegemonia é exercida pela combinação entre coerção e persuasão. Para um Estado estabelecer sua hegemonia é necessário que alcance uma liderança produtiva incontestável na economia mundial, que o permita vender seus produtos nos países da economia-mundo a preços mais baratos que estes o fazem em seu próprio mercado interno. Esta liderança se desdobra então em liderança comercial, financeira, ideológica e militar. Entretanto, para o exercício da hegemonia não é necessário a convergência de todas estas lideranças. A hegemonia se divide em ciclos onde, em sua fase expansiva, há de fato a convergência destas dimensões

de liderança. Durante o descenso, o país hegemônico perde sua liderança produtiva, comercial e, por vezes militar, incontestável e se apóia numa liderança financeira e ideológica. Durante esta fase, a valorização da moeda do país hegemônico compensa a deterioração do seu poder produtivo mantendo, para sua burguesia, uma fonte de riqueza independente. Esta valorização aprofunda a deterioração produtiva, implicando em déficits comerciais e em conta corrente que se acumulam e a partir de certo momento não podem mais ser financiados pela sobrevalorização monetária, fonte de atração para dentro do país hegemônico do capital que circula na economia mundial. Abre-se então um período de caos sistêmico, quando se estabelece uma bifurcação na economia mundial que expressa a luta entre os poderes estatais para substituir a hegemonia anterior e reconduzir o sistema para uma etapa superior de expansão. Esta etapa tem implicado em guerras mundiais de trinta anos para decidir: em 1618-1648, a sucessão do protagonismo espanhol-genovês; em 1792-1815, a sucessão da hegemonia holandesa e em 1914-1945, a sucessão da hegemonia britânica. Durante o caos sistêmico, tem se desenvolvido historicamente, dois projetos: a) o do liberalismo político que é impulsionado pelo grupo que reconduz o sistema inter-estatal a nível superior, e é normalmente apoiado pela antiga potência hegemônica em busca de lugar privilegiado na ordem a ser estabelecida; b) o imperial, impulsionado pelo grupo que termina por ser derrotado na luta pela hegemonia e busca compensar pela força a desvantagem econômica que possui em relação bloco anterior. Diferentemente do bloco anterior que usou o imperialismo nas periferias do sistema para anexar regiões externas à economia-mundo capitalista, este pretende usar a força no interior do sistema levando-a ao centro da economia mundial, casos da França napoleônica e da Alemanha fascista.

O período que vivenciamos no presente momento é o uma trajetória avançada de crise de hegemonia dos Estados Unidos. Esta se inicia entre 1968-73 e possui várias etapas. Entre 1968-79, quando a deterioração da liderança produtiva estadunidense se expressa numa taxa de crescimento inferior a da economia mundial, em modestos déficits comerciais e na derrota político-militar dos Estados Unidos no Vietnã. Entre 1980-93, que Arrighi denomina de *o último brilho do outono*, quando os Estados Unidos reagem a sua crise de hegemonia através da financeirização e do neoliberalismo. Eleva-se unilateralmente o valor do dólar, as taxas de juros e liberaliza-se a circulação de mercadorias e capitais. Os Estados Unidos drenam grande parte da liquidez mundial e retomam, por esta razão, um

crescimento superior a média mundial. Destroem os segmentos mais atrasados de sua economia, elevam o desemprego e reduzem os salários internos, que passam a ser contidos pelos impactos sobre a taxa de lucro das mercadorias baratas e concorrentes com a produção estadunidense que se exportam desde a economia mundial. Mas sua reestruturação apresenta grandes falhas: não detém a deterioração da sua liderança produtiva, nem impede o deslocamento do dinamismo econômico mundial para o Leste asiático e cria vultuosos déficits comerciais, ou em conta corrente, e um enorme endividamento internacional através da venda de títulos da dívida pública. Uma terceira etapa se estabelece entre 1994-2015/20(?) e está vinculada ao desenvolvimento da fase ascensional de um novo ciclo de *Kondratiev* na economia mundial. Ela desloca para a taxa de lucro a prioridade dos investimentos na economia mundial, impulsiona um novo período de crescimento de largo prazo do capitalismo, mas aprofunda a decadência da hegemonia estadunidense.

Os ciclos de *Kondratiev* estão ligados a mudanças de paradigmas tecnológicos, duram em média 50-60 anos de duração e se dividem em: fases A, de expansão, e centralidade da taxa de lucro, quando as inovações tecnológicas radicais são acompanhadas de mudanças organizacionais e institucionais adequadas para gerenciá-las; e fases B, de crise, quando não há esta convergência institucional e a acumulação desloca-se para a taxa de juros e a financeirização. Estes ciclos têm sido estudados por um amplo conjunto de autores, os principais: Nicolai Kondratiev, Van Gelderen, Joseph Schumpeter, Ernst Mandel, Christopher Freeman, Carlota Perez, e Theotônio dos Santos, ainda que com substantivas diferenças teóricas e analíticas de enfoque.

Um dos pontos mais decisivos para a análise destes ciclos é o estudo de sua morfologia. Para uma interpretação mais precisa da conjuntura devemos aprofundar suas divisões e etapas. Schumpeter já havia postulado a necessidade de um modelo analítico que o desdobrasse em quatro sub-fases, onde a expansão se dividiria em recuperação e prosperidade, e a crise, em recessão e depressão. Na mesma direção deste autor, postulamos o detalhamento da análise destes ciclos, dividindo-o em seis importantes sub-fases.

Tanto Nicolai Kondratiev, como Schumpeter, ao analisarem seus determinantes destacaram, entre eles, a periodicidade da renovação dos meios de produção básicos ou

inovações primárias, denominados na literatura contemporânea de paradigmas tecnológicos. Estas inovações básicas e primárias se desdobrariam em inovações secundárias e terciárias, às quais se articulariam, estabelecendo trajetórias tecnológicas vinculadas. Chave para este desdobramento é a geração e renovação dos meios de produção de tempo médio que, como assinala Nicolai Kondratiev, estão na base dos *Juglars*, períodos de oscilação de aproximadamente 10 anos. Cada oscilação do *Kondratiev* comportaria três *Juglars* e poderíamos caracterizá-las da seguinte forma: a fase de expansão, que se dividiria em retomada, prosperidade e maturidade; e a de crise, em recessão, depressão e recuperação. A passagem de cada sub-fase à seguinte é caracterizada por uma pequena oscilação descendente que desorganiza a tendência prevalecente para instituir a nova.

Em âmbito econômico, os principais indicadores da ocorrência deste ciclo são as variações da taxa de crescimento do PIB *per capita*, da taxa de lucro e da taxa de juros. Períodos cíclicos de expansão implicam o deslocamento do eixo da acumulação para o setor produtivo e apresentam aceleração consistente do PIB *per capita* e alta sustentada da taxa de lucro. Nestes períodos, em seu conjunto, a taxa de lucro supera a de juros real que está limitada pelo crescimento do PIB. Os juros sofrem queda abrupta ao final da recuperação que antecede a expansão longa, expandem-se lentamente a partir da retomada, ganham maior fôlego durante o conjunto da expansão e ao aproximar-se o esgotamento de cada sub-fase, particularmente ao final da maturidade, quando ultrapassam as taxas de expansão do PIB. Durante as crises de curta duração, que intermediam a transição para cada sub-fase da expansão, os juros são nivelados abaixo das taxas de crescimento para estimularem a recuperação econômica. A expansão eleva o investimento, o nível de emprego, a organização da classe trabalhadora, e tende a reduzir a dívida pública. Inversamente, durante as crises de longa duração, a queda do crescimento econômico e da taxa de lucro desloca a acumulação para a taxa de juros. Sua elevação se desenvolve, principalmente, durante a depressão, uma vez esgotadas as tentativas de políticas anti-cíclicas, e conduz ao desemprego, à queda do investimento produtivo, à desorganização da classe trabalhadora, à centralização financeira tendendo a elevar a dívida pública.

Uma vez apresentados em linhas gerais os instrumentos conceituais para a análise da conjuntura contemporânea, convém fazermos duas ressalvas metodológicas antes de abordarmos mais diretamente:

a) O esquema geral dos ciclos e tendências seculares necessariamente simplifica a realidade. Os ciclos e as tendências seculares não são forças automáticas que atuam de forma independente da vontade humana. São expressões relacionais de certos padrões sociais dominantes de organização da vida humana e afirmam a dinâmica mais profunda do desenvolvimento do capitalismo. A sua expressão histórica supõe importantes contradições que fazem parte de sua própria temporalidade e podem desarticulá-la. Situamos, a partir de Marx, a teoria como um movimento que parte do abstrato ao concreto de uma totalidade que se desenvolve. No desdobramento do simples ao complexo surgem contradições que podem ser incorporadas às suas tendências fundamentais e ampliar sua escala e força de atuação, ou, inversamente, desarticulá-las para construir uma nova totalidade. Desta forma, os ciclos e tendências seculares expressam não apenas movimentos econômicos, mas políticos, sociais e ideológicos.

b) A conjuntura contemporânea deve ser descrita pela articulação destas três tendências da longa duração que se condicionam e se modificam reciprocamente ao se integrarem para a criação de um contexto histórico determinado. As de alcance mais longo exercem, entretanto, os efeitos condicionantes mais potentes e as de menor duração sofrem maior alteração em seu funcionamento.

Desta forma, podemos situar na economia mundial contemporânea, entre 1967-93, a crise de um ciclo de *Kondratiev* que se inicia em 1939. A partir de 1994, se estabelece um novo *Kondratiev*, cuja retomada podemos localizar entre 1994-2000. 2001-2002 são anos de crise e transição para a fase de prosperidade que se inicia em 2003 e deverá ter duração similar à retomada. É provável que a fase de maturidade se inicie na próxima década e se esgote em sua segunda metade.

Este *Kondratiev* tem, entretanto, características especiais. Ele não apresenta a força econômica, social, política e ideológica do *Kondratiev* anterior, que se inicia ao fim dos anos 1930. Sobre ele pesam forças depressivas de mais larga duração que limitam sua capacidade de inflexão histórica. Esta limitação se manifesta na mediocridade de seus resultados econômicos, políticos e ideológicos. No plano econômico, embora haja uma

significativa elevação do crescimento do PIB *per capita*, este não alcançará os níveis do período anterior, nem a sua extensão¹.

No plano político e ideológico, sua radicalidade é contida pela incapacidade de desarticular as forças que prolongam a decadência do *hegemón* com o poder que detém sobre a institucionalidade mundial, criada sob a liderança estadunidense. Há um paralelo entre a fase ascensional do novo *Kondratiev* e a que se desenvolveu durante a crise da hegemonia britânica. Esta não conseguiu desmontar as tensões políticas e sociais que derivavam da crise da organização imperialista da economia mundial, liderada pela Grã-Bretanha, e que se expressa na forma aguda que adquire a partilha do mundo nos anos 1870-90. Apenas, com a organização de um novo ciclo sistêmico e o estabelecimento de uma nova hegemonia, associada a um novo *Kondratiev*, reformulou-se amplamente a institucionalidade da economia mundial.

Da mesma forma, o presente *Kondratiev* parece incapaz de gerar forças sistêmicas que reformulem significativamente a organização institucional, política e ideológica da economia mundial. O neoliberalismo permanece como a força ideológica dominante do mundo contemporâneo. Adotado pelos Estados Unidos, a partir de 1979, e da vitória neo-conservadora de Reagan, como instrumento para solucionar a crise de hegemonia, fracassa em seus objetivos mais profundos, mas a prolonga, aumentando a sua gravidade. A alternativa ideológica que o novo *Kondratiev* criou em relação às forças que dirigem a trajetória da crise de hegemonia é a da *terceira via*. Em sua atual formulação significa um conjunto de forças que, embora mantenha a liberdade de circulação de capitais e de mercadorias ou a sacralidade dos direitos contratuais dos mercados, busca limitar a financeirização, reduzindo a escalada dos juros e da dívida pública, e os efeitos mais

¹ Entre 1994-2002, período que indica a recuperação da economia mundial e seu intervalo para a prosperidade, o PIB *per capita* mundial se expande em 2,0%, bem acima do desempenho alcançado por esta entre 1974-93, de 1,2%. Consideramos este período paradigmático para a prospectiva de crescimento da fase expansiva do *Kondratiev* e de sua durabilidade. Ele associa à expansão seus pequenos intervalos recessivos, uma vez que em 2001-2002, a expansão do PIB *per capita* cai para níveis de crise, alcançando 1,4%. Uma análise comparativa evidencia que apresenta desempenho inferior ao alcançado pela economia mundial no período de expansão longa de 1939-1973, quando esta atravessa o final do caos sistêmico e se expande em 2,3% e, principalmente, ao seu período dourado, entre 1950-73, posterior ao caos, quando se expande em 2,9%. Atribuímos parte da resistência dos cientistas sociais em aceitar o ingresso em uma nova fase expansiva do *Kondratiev*, à mediocridade dos seus resultados econômicos e ao fato de que se toma como referência de expansão longa, os anos dourados do *Kondratiev* anterior, e não, como deve ser, toda a extensão de sua fase expansiva, o que inclui a Segunda Grande Guerra do século XX (Groningen Growth and Development Centre, 2005) (Economic Report of the President, 2005) (Maddison, 2001).

excludentes da competição monopólica ao criar um espaço limitado para as políticas compensatórias. Esta hegemonia ideológica do neoliberalismo restringe amplamente a possibilidade de realizar uma reformulação institucional do mundo contemporâneo para democratizar os espaços inter-governamentais de poder: ONU, FMI, Banco Mundial e OMC.

Entretanto, o *Kondratiev* gera alternativas políticas não apenas sistêmicas, mas anti-sistêmicas. Se as primeiras buscam reformular o moderno sistema mundial para renovar a vitalidade de seu componente mais fundamental, a acumulação de capital, as últimas buscam superá-lo e criar outro sistema mundial. Nicolai Kondratiev, socialista, mas interessado em demonstrar a existência dos ciclos, enfatizou principalmente as primeiras que se desencadeavam na transição da crise para uma nova fase expansiva. Ernst Mandel, por sua vez, preocupado em viabilizar as alternativas revolucionárias, enfatizou as perspectivas anti-sistêmicas que se configuravam na primeira década da crise, que encerrava a longa expansão. Podemos afirmar que o balanço histórico dos séculos XIX e XX favorece a Nicolai Kondratiev.

As forças transformadoras da economia mundial atuaram predominantemente em direção capitalista, mas é importante mencionar que não teriam êxito se o fizessem de maneira isolada e unilateral, sem capturar, em seu favor, elementos anti-sistêmicos e socialistas. O desenlace de um novo *Kondratiev* em meados do século XX e a reorganização mundial da economia capitalista não podem ser explicados sem a vitória do socialismo na União Soviética e sua expansão em direção ao Ocidente para derrotar o fascismo europeu. Vencida a guerra, a sua existência e a suposta “ameaça” que provocava ao “Ocidente”, foi o pretexto engendrado para que o governo dos Estados Unidos viabilizasse junto ao parlamento estadunidense o novo papel internacionalista e hegemônico de seu Estado, financiando a recuperação de zonas estratégicas do sistema mundial. E do ponto de vista da gestão da economia, o alto nível de intervenção do Estado, indispensável para geração do *Kondratiev* do pós-guerra, baseou-se amplamente na experiência soviética de planejamento estatal.

Mas se o balanço histórico das forças transformadoras, nos séculos XIX e XX, favoreceu à direção capitalista, isto também será verdade para o século XXI? Em nossa opinião dificilmente. Junto com o desenvolvimento do *Kondratiev* em curso, avançam as

tendências seculares depressivas, impulsionadas pela revolução científico-técnica. Estas inviabilizam o relançamento dos ciclos sistêmicos e de *Kondratiev* e abrem o espaço para que as forças anti-sistêmicas tenham efetivamente protagonismo mundial. A revolução científico técnica, não apenas entra em contradição crescente com o assalariamento, como mencionamos, fundamento do modo de produção capitalista, mas com as hegemonias, pilar fundamental de sua superestrutura política. A ciência é altamente intensiva em difusão e contradita a concentração do monopólio tecnológico e sua sustentação em um Estado. A aceleração tecnológica da economia mundial já vem reduzindo a extensão dos ciclos sistêmicos, mas com o desenvolvimento da revolução científico-técnica e a globalização, que esta impulsiona, cria-se um fenômeno novo, pois a difusão deixa de ser apenas um componente para se tornar o eixo dinâmico do progresso técnico².

Durante o desenvolvimento do *Kondratiev* em curso deverão armar-se as forças sociais anti-sistêmicas que, diante do esgotamento do moderno sistema mundial, buscarão configurar um poderoso bloco histórico capaz de estabelecer um novo sistema mundial, baseado numa civilização planetária que expressará um novo tipo de socialismo. Este estará fundado na democracia radical para reformular os espaços mundiais, regionais, nacionais e locais, e na diversidade cultural. Quanto mais avançar o *Kondratiev*, em suas sub-fases, na direção do esgotamento de sua expansão, maior será a sua necessidade histórica. Este projeto coloca-se como uma possibilidade estrutural, cujo êxito, entretanto, dependerá de capacidade ideológica, política e organizativa.

A mudança do panorama político ao final da retomada que inicia o novo *Kondratiev* é bastante evidente desta necessidade e expressa a crescente radicalização política e social que acompanha o esgotamento da retomada do novo *Kondratiev*. Do pensamento único e da vitória da civilização liberal preconizada por Fukuyama, no começo dos anos 1990, passamos a partir do final da década, às manifestações globais contra o neoliberalismo, à organização do Fórum Social Mundial, ao atentado de 11 de setembro contra o World Trade Center e o Pentágono, aos protestos globais contra a guerra e ocupação estadunidense

² O deslocamento do dinamismo da economia mundial para o Leste asiático, região que concentra cerca de 40% da humanidade, expressa esta tendência e apresenta forte restrição às hegemonias. Estas requerem instrumentos de gestão que garantam o protagonismo da lógica econômica da acumulação sobre as pressões sociais e políticas. Por isto, se basearam em Estados que nunca ultrapassaram mais 5% da população do planeta e que recusaram a centralização institucional do sistema mundial, pela via do império ou da democracia globais, meios pelos quais a lógica da política tenderia a prevalecer sobre a economia.

do Iraque. Na América Latina assistimos a uma ampla crise de legitimidade do neoliberalismo e à conquista de governos por forças de centro-esquerda ou nacionalistas que se dividem entre o compromisso com versões de terceira via, abandonando uma importante oportunidade histórica, ou radicalizam, com aparente êxito, suas posições diante das resistências das oligarquias internacionais e nacionais, casos de Hugo Chávez, na Venezuela e, em menor medida, de Nestor Kirchner, na Argentina.

Todavia, se o *Kondratiev*, que se inicia nos 1940, precisou incorporar elementos socialistas para sua realização, uma reformulação socialista da economia mundial necessita, por sua vez, incorporar elementos de capitalismo. Isto implica que a luta por um sistema mundial socialista, só pode obter êxito a partir da conquista de posições socialistas no âmbito da economia mundial capitalista. A construção de um sistema mundial socialista exige uma colossal articulação de forças estatais, partidos políticos e movimentos sociais. Ele deverá ultrapassar os limites da civilização capitalista e proceder a democratização radical das relações internacionais e dos Estados nacionais. Os caminhos históricos desta construção são de difícil previsão, mas partirão da anarquia relativa da economia-mundo capitalista para combinar guerras de posição e de movimentos em dimensões locais, nacionais, regionais e globais. Entre os desafios do movimento socialista está o de garantir a paz nesta transição e impedir que a tentativa de substituir a hegemonia por um imperialismo global de caráter fascista, que parte do setor mais agressivo do alta burguesia estadunidense – diante das dificuldades de preservar a hegemonia ou de apostar num novo ciclo que lhe garanta um lugar privilegiado sistema mundo –, dirija a humanidade para uma nova guerra mundial que a aniquile.

Como a América Latina deve se situar diante deste contexto? Esta é a questão que buscaremos responder na próxima seção.

A AMÉRICA LATINA E A CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA

Situada na conjuntura contemporânea, do ponto de vista sistêmico, como zona de hegemonia regional de um *hegemón* decadente, a América Latina desmonta o projeto desenvolvimentista que estabeleceu entre 1930-80, quando projetou-se como uma região de destaque da periferia da economia mundial, e passa a ter um dos piores desempenhos econômicos e sociais de sua história, perdendo relevância política e ideológica.

Na origem deste desempenho está sua dependência regional a um *hegemon* decadente. Se esta dependência, apesar de suas importantes contradições, foi útil nos anos 1950-70 para redefinir o modelo de substituição importações e prolongar seus limites, desde os anos 1980, quando os Estados Unidos propagam o neoliberalismo para responder a sua decadência, se converte em uma importante restrição ao desenvolvimento da região.

A difusão do neoliberalismo à América Latina por parte dos Estados Unidos tem por objetivo melhorar sua posição competitiva na economia mundial e prolongar sua decadência. Isto se realiza pelos seguintes mecanismos:

a) Inicialmente, durante a fase depressiva do ciclo de *Kondratiev*, pela apropriação de importantes excedentes financeiros por mecanismos especulativos. A isto corresponde a brutal elevação das taxas de juros nos Estados Unidos, 1979-92, e seus impactos na dívida externa da região. Neste período, a América Latina, em sua maior parte, mantém a estrutura protecionista da substituição, mas compromete os seus superávits com o pagamentos dos juros e serviços da dívida externa;

b) Posteriormente, busca-se conter os déficits em conta corrente nos Estados Unidos, calcanhar de Aquiles de sua hegemonia, através da geração de superávits comerciais com a América Latina e utilização de sua força de trabalho superexplorada para baratear a elaboração de partes e componentes, incorporados às mercadorias finais estadunidenses, mas cuja produção é parcialmente descentralizada à região. Esta estratégia envolveu a formação do consenso de Washington e a exigência da aplicação de políticas neoliberais na América Latina, fundadas na liberalização comercial e financeira. Se estabelecem duas gerações de políticas públicas: na primeira, em que a América Latina pratica o câmbio fixo sobrevalorizado, prioriza-se a geração de superávits comerciais e preserva-se a especulação como importante fonte de acumulação e apropriação de excedentes financeiros, o que repercute intensamente em suas dívidas interna e externa; na segunda, utiliza-se o câmbio flutuante para gerar-se através da descentralização produtiva à região o aumento da competitividade nos Estados Unidos. Esta última estratégia não elimina, para a América Latina, o déficit comercial como sua consequência, mas o torna menos agudo. Durante as crises, quando o capital estrangeiro intensifica suas saídas da região, geram-se importantes saldos comerciais que financiam os déficits comerciais e em conta corrente criados nos períodos de expansão. O resultado geral da balança comercial

tende a ser negativo ou, na melhor das hipóteses, um magro superávit incapaz de financiar os egressos de capital que predominam sobre as entradas no balanço de pagamentos de uma região dependente.

O neoliberalismo, portanto, gera para a América Latina a insustentabilidade de seu crescimento econômico pela incapacidade de estabelecer uma arquitetura institucional para financiá-lo. Em consequência aprofundam-se a desnacionalização, o endividamento e a superexploração da região. O futuro medíocre que nos oferece a atual vinculação à hegemonia em curso reforça a necessidade de se buscar alternativas

O desafio da América Latina, enquanto região periférica do sistema mundial, é duplo: de um lado, erradicar a pobreza e reduzir as disparidades de renda e propriedade internas, e de outro lado, projetar-se em direção ao centro da economia mundial para superar sua condição de periferia. Se para o primeiro desafio, o socialismo pode nos dar a resposta, o segundo desafio exige, sem abandoná-lo, matizá-lo. Para ascender ao centro da economia mundial é necessário que a região evite seu isolamento no sistema-mundo e inverta a relação que tradicionalmente estabeleceu com o capital estrangeiro, tornando-o um instrumento de sua capitalização e não de descapitalização. Mas como fazê-lo? Pois este utiliza a região como um espaço de acumulação que lhe proporciona saídas de capital superiores às entradas e o auxilia a concentrar capital nos grandes centros de expansão mundial.

A única forma de inverter esta lógica é alterando o atrativo de investimento que a América Latina oferece à economia mundial capitalista. Esta tem lhe proporcionado ativos baratos e de baixa qualidade que encontram sua principal expressão na força de trabalho superexplorada. Entretanto, estes limitam a continuidade dos investimentos, pois os baixos salários restringem o mercado interno e a exposição do subdesenvolvimento tecnológico à competição pressiona negativamente a taxa de lucro.

Numa era de desenvolvimento da revolução científico-técnica, a qualidade da força de trabalho torna-se o principal ativo tecnológico. Para proporcioná-la, a América Latina deverá romper com a sua superexploração, pois esta limita o investimento no aumento do seu valor ao reduzir os seus preços abaixo deste. Mas a ruptura com a superexploração é também a com o capitalismo dependente ao qual esta se articula. O aumento do valor da força de trabalho exige a liberação dos compromissos financeiros externos e internos que

impedem o investimento maciço em ciência e tecnologia, educação, saúde, infraestrutura habitacional, gêneros de primeira necessidade, cultura e lazer, capazes de elevar os níveis de vida e de consumo dos povos latino-americanos.

Sustentamos que um projeto deste tipo, que se inscreve nos marcos de transição ao socialismo, embora confronte-se num primeiro momento com as diretrizes do sistema mundial terá ampla condições de se impor na economia-mundo, por duas grandes razões:

a) A erradicação da miséria e da pobreza, a elevação dos níveis de consumo popular e a limitação dos egressos de capital, combinadas a uma gestão macroeconômica que garanta um superávit estrutural na balança comercial, elevariam as taxas de investimento e abririam uma perspectiva de crescimento intenso e sustentado na região. A construção da equidade interna num espaço de forte desigualdade garantiria, por si mesma, uma trajetória intensa e prolongada de expansão. Isto proporcionaria um papel estratégico aos países mais avançados da periferia e aos processos de integração regional por sua maior capacidade de combinar a articulação das capacitações locais e a reversão das desigualdades.

b) Uma vez superado o choque com as estruturas internas e externas da dependência, o êxito econômico do processo de desenvolvimento garantiria apoio do capital estrangeiro à sua expansão e renovação. Isto ocorreria porque a construção da equidade na América Latina disponibilizaria para o capital internacional uma força de trabalho qualificada e, ainda, relativamente barata para os padrões internacionais, redirecionando os seus investimentos e proporcionando à periferia mais avançada e sua influência regional, fluxos sustentáveis de entrada de capital para inverter a lógica das relações de dependência ³. Como vimos, a revolução científico-técnica tende a elevar o valor da força de trabalho em relação à produtividade e a pressionar negativamente a taxa de mais-valia. Esta contradição é resolvida nos países centrais com o desemprego e a precarização do trabalho que permite aos preços da força de trabalho cair abaixo de seu valor. Mas este procedimento gera um sub-investimento nestes países, a ser disponibilizado a quem no mercado mundial proporcionar uma força de trabalho cuja relação valor/preço seja mais atrativa ao capital internacional. Os países periféricos, ao liquidarem sua dependência e seu vínculo histórico com a superexploração do trabalho, podem elevando o

³ O alto grau de competição na economia internacional que acompanha a crise de hegemonia e a aceleração tecnológica seria outro fator relevante para postular o êxito desta alternativa na América Latina e que dificultaria a unidade política do capital internacional contra a região.

valor de sua força trabalho e ainda, mais que proporcionalmente, os preços da mesma – que seriam, ao final, incorporados ao valor como dimensão histórico-moral mais avançada da classe trabalhadora – cumprir este papel.

Há, portanto, um certo “espaço de consenso” a ser buscado pelos países dependentes na conjuntura internacional de crise sistêmica do capitalismo, que remete à combinação entre guerras de posição e de movimento no mundo contemporâneo, anteriormente referida. Estes, ao liquidarem a superexploração, fundamento de sua dependência, não estariam se isolando do sistema mundial, como supõe a versão conservadora da teoria da dependência, liderada por Fernando Henrique Cardoso. Mas criando as condições para dirigir uma ofensiva sobre sistema mundial capitalista, capaz de no médio prazo prolongar sua decadência, mas simultaneamente de questionar uma de suas bases mais fundamentais: a divisão da economia mundial entre centro e periferia. O papel cumprido pela China e de um “socialismo de mercado” na periferia parece sobre isso exemplar e iluminam as complexidades da transição do sistema mundial capitalista a uma civilização superior

BIBLIOGRAFIA

- ARRIGHI, Giovanni 1997 *A ilusão do desenvolvimento*. (Petrópolis: Vozes).
- BAMBIRRA, Vânia 1974 *El capitalismo dependiente latinoamericano*. (México D. F.: Siglo XXI)
- BORON, Atilio. 2001 *A coruja de minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. (Petrópolis: Vozes)
- CAPUTO O.; PIZARRO, R. 1973 *Dependencia y relaciones internacionales*. (Costa Rica: Educa).
- COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS. 2005. *Economic report of the president*. Washington: United States government printing office.
- DOS SANTOS, Theotônio 2000 *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE 2005 Groningen Growth and Development Centre and The Conference Board, Total Economy Database "<http://www.ggdc.net>"
- KONDRATIEV, Nicolai. 1992 (1928) *Los ciclos largos de la coyuntura economica*. México D.F.: UNAM.
- MADDISON, Angus 1997 (1995) *La economía mundial 1820-1992: análisis y estadísticas*. (Paris: OECD).
- _____. 1998 *Chinese economic performance in the long run*. Paris: OECD.
- _____. 2001. *The world economy: a millennial perspective*. (Paris: OECD).
- MANDEL, Ernst. 1980. *Long waves of capitalism development: the marxist interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- MARTINS, Carlos Eduardo 2003. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. Tese de doutorado apresentada ao departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo*.
- MARINI, Ruy Mauro 1973. *Dialéctica de la dependencia*. (México D.F: Ediciones Era).

_____. 1996 “Procesos y tendencias de la globalización capitalista”. en MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coord.). *La teoría social latinoamericana: tomo IV, cuestiones contemporáneas*. (México D.F.: UNAM).

WALLERSTEIN, I. 2000. *The essential Wallerstein*. (New York: The New Press)